



CARTILHA DE
ATENDIMENTO
À **PLURIVERSIDADE
SURDA**

CARTILHA DE
ATENDIMENTO
À **PLURIVERSIDADE**
SURDA

1ª EDIÇÃO
SÃO PAULO
2025

Conselho *Regional* de **PSICOLOGIA SP**

Conselho Regional de Psicologia São Paulo - 6ª Região

Sede CRP SP

Rua Teodoro Sampaio, 417, Pinheiros
CEP 05405-000 — São Paulo SP
E-mail: info@crpsp.org.br

Subsedes CRP SP

Alto Tietê | altotiete@crpsp.org.br
Assis | assis@crpsp.org.br
Baixada Santista e Vale do Ribeira | baixada@crpsp.org.br
Bauru | bauru@crpsp.org.br
Campinas | campinas@crpsp.org.br
Grande ABC | atendimentoabc@crpsp.org.br
Metropolitana | metropolitana@crpsp.org.br
Ribeirão Preto | ribeirao@crpsp.org.br
São José do Rio Preto | sjrpreto@crpsp.org.br
Sorocaba | sorocaba@crpsp.org.br
Vale do Paraíba e Litoral Norte | vale@crpsp.org.br

XVII Plenário (2022–2025)

Diretoria

Talita Fabiano de Carvalho	presidenta
Camila Andrade de Oliveira	vice-presidenta
Ana Tereza da Silva Marques	secretária
Eduardo de Menezes Pedroso	tesoureiro

Conselheiras/os efetivas/os

Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032)
Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895)
Carlos Eduardo Mendes (CRP 06/153775)
Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838)
Dreyf de Assis Gonçalves (CRP 06/55379)
Eduardo de Menezes Pedroso (CRP 06/122428)
Ione Aparecida Xavier (CRP 06/27445)
Janaina Darli Duarte Simão (CRP 06/47523)
Magna Barboza Damasceno (CRP 06/66384)
Maria da Glória Calado (CRP 06/33194)
Maria da Piedade Romeiro de Araujo Melo (CRP 06/45952)
Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890)
Mayara Aparecida Bonora Freire (CRP 06/120511)
Mônica Cintrão França Ribeiro (CRP 06/20583)
Talita Fabiano de Carvalho (CRP 06/71781)

Conselheiras/os suplentes

Gabriela Alvim de Oliveira Freitas (CRP 06/149012)
Giseli de Fátima Assoni (CRP 06/72980)
Leonardo Maggi Gambatto (CRP 06/124424)
Wilson Flávio Lourenço Nogueira (CRP 06/53258)

Vacâncias

Camila Prandini Prandini (CRP 06/157432)
Luciane de Almeida Jabur (CRP 06/66501)

Renúncias

Annie Louise Saboya Prado (CRP 06/86192)
Carú de Paula Seabra Moreira Ribeiro (CRP 06/136173)
Fabiana Macena Luiz (CRP 06/148611)
Ivani Teixeira Mendes (CRP 06/42535)
Lilian Suzuki (CRP 06/27810)
Murilo Centrone Ferreira (CRP 06/142583)
Sonia Maria Motinho da Silva (CRP 06/12033)
Tayná Alencar Berti de Souza (CRP 06/83455)
Valeria Campinas Braunstein (CRP 06/31093)

Comissão de Comunicação

Talita Fabiano de Carvalho | **presidenta**

Bruno Balbi Aguiar (CRP 06/153187)
Camila Andrade de Oliveira (CRP 06/94895)
Davi Rodriguez Ruivo Fernandes (CRP 06/118838)
Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890)

Comissão de Direitos Humanos

Carlos Eduardo Mendes | **presidente**

Ana Tereza da Silva Marques (CRP 06/141032)
Anna Carolina Alencar Betine (CRP 06/145832)
Fernanda Garcia Estevez (CRP 06/188300)
Gustavo Renan de Almeida da Silva (CRP 06/151764)
Julia Vieira da Conceição (CRP 06/176738)
Kley Anderson de Moraes (CRP 06/120636)
Leonardo Maggi Gambatto (CRP 06/124424)
Luiz Fernando Rodrigues Novais (CRP 06/165953)
Maria da Gloria Calado (CRP 06/33194)
Maria dos Prazeres do N. Loureiro (CRP 06/65378)
Maria Sueila da Silva Ferreira (CRP 06/145164)
Marilia Rangel Machado (CRP 06/125114)
Marta Eliane de Lima (CRP 06/94890)
Thainá da Silva Costa (CRP 06/149425)

Equipe de Orientação e Fiscalização

Lauren Mariana Mennocchi | **gerente Técnico-Política**
Andrea Gobato Quintavalle | **coordenadora**

Edileine Gomes Marchewsky
e Regina Sampaio Lott | profissionais de suporte
administrativo

Gabriele da Silva Freire
e Rafael Santos Barboza | especialista técnica/o —
psicóloga/o

Equipe de Comunicação

Edson Ferreira Dias Junior | **gerente de Relações
Institucionais**
Tais Souza | **coordenadora**

Angelo Cuissi e Gislaine Bueno | jornalistas
Micael Nascimento e Paulo Mota | *designers*

Jefferson Geraldo Rodrigues e
Viviane Doneda Martins Marigo | profissionais
de suporte
administrativo

Anisa Feliciano e Mário Lemos | estagiária/o de
Comunicação

Layza Vitoria Macedo Araújo | jovem aprendiz

GUIA DE ATENDIMENTO À PLURIVERSIDADE SURDA

Produzida pela Coordenadoria de Comunicação
do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo

Revisão e preparação de texto: Angelo Cuissi

Projeto gráfico e diagramação: Micael Melchiades



Uma licença CC BY-NC foi atribuída a esta obra. São permitidas a remixagem, a adaptação e a criação de novas obras com o conteúdo aqui publicado, desde que seja dado o devido crédito à obra original e que a obra resultante não seja usada para fins comerciais.

ÍNDICE

13

13

14

15

.....



APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

Construindo inclusão: a Psicologia como ferramenta de transformação social

Este **Guia** visa fornecer orientações para profissionais da Psicologia no atendimento a pessoas surdas. Destaca-se a importância da inclusão, da acessibilidade e do empoderamento, promovendo o respeito às necessidades de adaptação e à diversidade dentro da comunidade surda. O **Guia** ainda pretende servir de estímulo para as pessoas surdas que, por alguma razão, ainda não tenham conseguido se reconhecer identitariamente como tal, seja em sua autodeclaração, seja em sua aceitação e avaliação biopsicossocial.

O mote da *gestão* atual do CRP SP — “Diferenças que constroem: compromisso social e ético da Psicologia” — reflete um princípio ético essencial para a prática psicológica contemporânea: o reconhecimento e a valorização da diversidade humana. Esse compromisso vai além de aceitar as diferenças. Trata-se de atuar proativamente para garantir que cada pessoa, com suas particularidades e vivências, tenha sua identidade reconhecida e seus direitos assegurados.

No contexto do atendimento às pessoas surdas, esse mote ganha ainda mais relevância. O respeito à individualidade de cada pessoa surda envolve a pluriversidade surda, a importância da acessibilidade comunicacional (seja em Libras ou português), o uso de tecnologias assistivas e a garantia de acessibilidade ampla (como um direito). Tais aspectos são mais do que boas práticas: são expressões concretas do compromisso ético da Psicologia com os Direitos Humanos. Elas expressam a construção de uma sociedade que não apenas reconhece as diferenças, mas as integra como parte essencial do seu tecido social.

Promover um ambiente inclusivo e acessível, onde a pluralidade de identidades e formas de comunicação sejam respeitadas, significa dar vida ao princípio de que “as diferenças constroem”. Essas diferenças são a força motriz para uma Psicologia comprometida com a justiça social e a promoção do bem-estar coletivo. Nesse contexto, a inclusão deve ser entendida como um compromisso contínuo das/os psicólogas/os com a transformação das estruturas que marginalizam pessoas surdas e outras pessoas com deficiência.

O empoderamento tanto da categoria de Psicologia quanto das pessoas surdas no ambiente terapêutico fortalece essa construção coletiva, pois contribui para romper barreiras culturais, atitudinais, sociais e linguísticas. Ao adotar práticas inclusivas e valorizar a pluralidade de experiências, a Psicologia não só responde a demandas éticas da sociedade contemporânea, mas também se posiciona como uma aliada na construção de um mundo mais justo e equitativo para todos.

Essa foi a missão da gestão do CRP SP: construir uma Psicologia que seja reflexo de um compromisso social, com amplitude interinstitucional e ética, em que cada diferença seja respeitada como peça fundamental para a mudança de paradigma e para o fortalecimento de um projeto comum de sociedade. Juntos, profissionais e sociedade podem transformar esse princípio em prática diária, garantindo que a Psicologia continue sendo um instrumento de transformação social e respeito às múltiplas formas de ser, viver e se expressar.

Conselho Regional de Psicologia de São Paulo
XVII Plenário



**ORIENTAÇÕES
SEGUNDO O
CÓDIGO DE ÉTICA
PROFISSIONAL
DA/O PSICÓLOGA/O
PARA ATENDIMENTO
A PESSOAS SURDAS**

ORIENTAÇÕES SEGUNDO O CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DA/O PSICÓLOGA/O PARA ATENDIMENTO A PESSOAS SURDAS

Esta cartilha se fundamenta aos princípios do Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o, objetivando reforçar a importância da atuação ética, acessível e inclusiva, e visando garantir que as práticas psicológicas sejam um instrumento de transformação e justiça social.

O Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o estabelece princípios fundamentais para garantir que o exercício da Psicologia seja conduzido com dignidade, equidade e respeito aos direitos humanos. O capacitismo e o ouvintismo — posturas que inferiorizam as experiências surdas e impõem padrões ouvintes como normativos — devem ser ativamente combatidos dentro da prática psicológica.

A comunidade surda é um grupo social e culturalmente diverso, composta por pessoas que se identificam como surdas ou com deficiência auditiva, e inclui aquelas que utilizam a Língua Brasileira de Sinais (Libras) como principal forma de comunicação. Esse grupo abrange também familiares, profissionais e apoiadoras/es que compartilham experiências e conhecimentos relacionados à surdez, frequentemente interagindo sob uma perspectiva que valoriza a identidade cultural, a língua e os direitos das pessoas surdas.

A expressão “população surda” não se limita a uma noção biológica de perda auditiva, abrangendo também a interação entre fatores culturais, psicológicos e sociais que podem criar barreiras à participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de direitos de acesso com equidade, conforme previsto na Lei nº 13.146, de 6 de

julho de 2015, que instituiu a Lei Brasileira de Inclusão (LBI) da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). A comunidade se caracteriza p^or sua multiplicidade, abrangendo diferentes idades, origens e experiências de vida.

É necessário, portanto, indicar que a identidade da pessoa surda não deve ser reduzida a uma perspectiva exclusivamente clínica ou reabilitadora. As/os psicólogas/os, ao atuarem junto às pessoas surdas, devem considerar uma avaliação biopsicossocial, em consonância com a LBI. As identidades da comunidade surda resultam de construções biopsicossociais, e não meramente de condições biológicas, exigindo que as/os profissionais de Psicologia evitem abordagens patologizantes e garantam atendimentos acessíveis e inclusivos.

RECOMENDAÇÕES

- Enfrentamento ao capacitismo e ouvintismo: as/os psicólogas/os devem adotar uma postura ativa no combate ao capacitismo e ouvintismo, não se omitindo diante dessas situações;
- garantia dos direitos previstos na LBI: as/os psicólogas/os devem assegurar que suas práticas respeitem e promovam os direitos garantidos pela Lei Brasileira de Inclusão, especialmente a promoção de autonomia, inclusão, participação, acessibilidade e justiça social;
- autonomia das pessoas surdas: as/os psicólogas/os devem respeitar e estimular as decisões das pessoas surdas, evitando a perpetuação das discriminações comuns nesse contexto;
- respeito à pluriversidade e à interseccionalidade: as/os psicólogas/os devem compreender a pluriversidade (ou seja, a diversidade existente dentro da própria comunidade).

de surda) em uma perspectiva interseccional, reconhecendo que diferentes fatores (gênero, raça, classe, deficiência, entre outros) influenciam na experiência da pessoa surda e demandam abordagens contextualizadas;

- sensibilidade cultural: as/os psicólogas/os devem reconhecer e respeitar as várias especificidades culturais da comunidade surda e atuar para superar barreiras históricas de comunicação, garantindo um ambiente psicologicamente seguro e acessível;
- garantia de sigilo e confidencialidade: formalizar um termo de confidencialidade assinado pela/o intérprete (quando solicitado), assegurando o sigilo das informações conforme a ética profissional. Além disso, estabelecer um acordo prévio entre todas as partes sobre a presença da/o intérprete, garantindo transparência e consentimento;
- no serviço público: articular com a gestão a necessidade de práticas inclusivas que garantam a acessibilidade.
- registro adequado: documentar no prontuário da pessoa atendida informações específicas como a presença do intérprete e demais medidas adotadas, seguindo a Resolução CFP nº 01/2009;
- inclusão dos familiares nos serviços de saúde mental: as/os psicólogas/os devem assegurar a inclusão e participação das/dos familiares nos serviços de saúde mental, desde que essa inclusão esteja dentro do contexto da pessoa atendida e não viole sua autonomia;
- formação continuada: as/os psicólogas/os devem aprimorar os conhecimentos sobre os direitos das pessoas com deficiência e práticas assertivas em relação à comunidade surda;

- tecnologias assistivas: as/os psicólogas/os devem utilizar tecnologias assistivas e adaptações razoáveis para atender às demandas da comunidade surda;
- atendimento em situações de violência e risco de suicídio: em casos de violência e risco iminente de suicídio, o atendimento presencial deve ser priorizado, sempre que possível, para facilitar a comunicação e garantir maior suporte à pessoa atendida.

CAPACITISMO COMO VIOLAÇÃO DO CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DA/O PSICÓLOGA/O

O capacitismo, enquanto forma de violência contra a pessoa surda, pode ferir diversos artigos do Código de Ética Profissional da/o Psicóloga/o. Caso uma/um profissional adote uma postura capacitista em sua atuação, ela/ele pode estar infringindo os seguintes artigos:

Princípios fundamentais

I — O psicólogo baseará o seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano, apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Comentário: A discriminação contra pessoas surdas, seja pela negação de comunicação acessível ou pela inferiorização de suas capacidades, desrespeita diretamente esse princípio. Quando a/o psicóloga/o pressupõe que a pessoa surda deve se adaptar à comunicação oral, ele não está respeitando a dignidade e autonomia da pessoa atendida, reforçando exclusão social e ouvintismo.

Orientação: Para evitar qualquer forma de discriminação contra identidades de grupos minorizados, sobretudo em instituições de longa permanência, a/o psicóloga/o deve agir de forma crítica e acompanhar

resoluções, notas técnicas e referências acerca do assunto, mantendo-se atualizada/o sobre a Lei Brasileira de Inclusão e a adoção de práticas que assegurem a autonomia e os direitos da população surda.

Princípios fundamentais

[...]

III — O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.

[...]

Comentário: O capacitismo é uma forma de discriminação estrutural que perpetua desigualdades e pode gerar sofrimento psicológico. A Psicologia tem o dever ético de combatê-lo e denunciá-lo.

Sugestão: Para promover a eliminação efetiva do preconceito e da exclusão social, é essencial que tanto a categoria profissional quanto a sociedade civil assumam um papel ativo e sejam aliados no combate ao capacitismo. Para tanto, é fundamental reconhecer que as pessoas que vivenciam essa forma de discriminação possuem o protagonismo nesse debate. Suas experiências devem ser valorizadas como referência central para a construção de práticas inclusivas e transformadoras.

Art. 1º São deveres fundamentais dos psicólogos:

[...]

c) Prestar serviços psicológicos de qualidade, em condições de trabalho dignas e apropriadas à natureza desses serviços, utilizando princípios, conhecimentos e técnicas reconhecidamente fundamentados na ciência psicológica, na ética e na legislação profissional

[...]

Comentário: a recusa em fornecer atendimento acessível para pessoas surdas, seja negando a presença de intérpretes de Libras (quando solicitada) ou desconsiderando a necessidade de adaptação na comunicação, viola esse artigo.

Orientação: conheça e acompanhe o trabalho de psicólogos/os qualificadas/os da área, promova atendimento técnico e ético adaptado às necessidades da pessoa e crie uma lista de referências para possíveis encaminhamentos em situações para as quais não possua a capacitação adequada.

Art. 2º Ao psicólogo é vedado:

- a) praticar ou ser conivente com quaisquer atos que caracterizem negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão.

Comentário: a omissão ou conivência diante de violações de direitos humanos e de práticas capacitistas, seja no atendimento individual ou em instituições, reforça a exclusão social e a marginalização da comunidade surda.

Orientação: a omissão e conivência diante dessas situações contribui para a marginalização da comunidade surda, reforçando barreiras estruturais que dificultam seu acesso a direitos e serviços. Cabe à/ao psicóloga/o uma postura ética e ativa na identificação e na denúncia dessas violações aos órgãos competentes e/ou a seu próprio conselho, garantindo que a Psicologia cumpra seu papel na promoção da justiça social e da equidade.

PRÁTICAS RECOMENDADAS PARA ATENDIMENTO PSICOLÓGICO À COMUNIDADE SURDA

- Reconhecer que a pessoa surda é protagonista da sua experiência e realidade, garantindo que suas demandas

de acessibilidade sejam escutadas e respeitadas, priorizando questionar qual tipo de acessibilidade convém, ao invés de deduzir essa informação.

- Garantir que os espaços de atendimento conttenham sinalizações visuais e tecnologias assistivas para promover um ambiente inclusivo.
- Aproximar-se respeitosamente das diferentes identidades surdas, compreendendo que há múltiplas formas de comunicação da comunidade, bem como diferentes vivências
- Evitar abordagens medicalizantes, paternalistas, ouvintistas e assistencialistas, objetivando promover a real a autonomia da pessoa surda.



MULTICULTURALISMO E COMUNIDADE SURDA

MULTICULTURALISMO E COMUNIDADE SURDA

RECONHECIMENTO DA COMPLEXIDADE IDENTITÁRIA

A comunidade surda não deve ser reduzida a partir da ótica da deficiência sensorial, mas compreendida como um grupo com identidades diversas e múltiplas formas de comunicação e experiências de vida. A surdez, para além da perspectiva médica, é uma característica que compõe uma identidade social e cultural própria.

DESCONSTRUÇÃO DO OUVINTISMO

O termo “ouvintismo” (Skliar, 1997) refere-se à imposição histórica para que pessoas surdas se moldem aos padrões ouvintes. Superar essa visão capacitista é fundamental para promover a inclusão e o protagonismo das identidades surdas.

VALORIZAÇÃO DA DIVERSIDADE

Dentro da própria comunidade surda, há diversas formas de se identificar e se comunicar, conforme se trate de surdas/os sinalizadas/os, oralizadas/os, bilíngues e/ou usuárias/os de implante coclear. Aceitar essa diversidade significa reconhecer que cada pessoa surda é única, com suas próprias experiências, preferências e necessidades.

ACESSIBILIDADE PERSONALIZADA

É essencial perguntar à própria pessoa surda quais estratégias de comunicação e acessibilidade melhor atendem às suas necessidades. Essas estratégias podem incluir a presença de intérpretes de Libras e a oferta de legendas automáticas, transcrição em tempo real ou português escrito, por exemplo.

COMBATE AO CAPACITISMO

O capacitismo estrutural impede o progresso das pessoas surdas ao desconsiderar suas potencialidades e necessidades específicas. A verdadeira inclusão requer políticas afirmativas e concretas que respeitem e promovam o protagonismo dessas pessoas em ambientes sociais e profissionais, garantindo acesso equitativo.

Para a categoria que atende à pluriversidade surda, recomendamos as seguintes estratégias:

- instalação de aparelhos de telefone para surdos (também conhecidos como TDD);
- instalação de sistema de incêndio com sinalização luminosa (em todas as dependências dos prédios, inclusive nos banheiros);
- potencializar informações visuais ou legendas nas imediações em que há conteúdo sendo exposto (por exemplo, na TV do hall);
- solicitar placas de sinalização nas ruas à frente do local de trabalho (incentivando que os motoristas respeitem as pessoas surdas pedestres);
- garantir a presença de intérpretes de Libras em ações e eventos presenciais e virtuais;
- dar prioridade para sistemas on-line que permitam os recursos de intérpretes visíveis e legendas automáticas;
- promover educação e capacitação de profissionais do serviço, para que todas as identidades surdas sejam amparadas (com o mesmo conteúdo que o ouvinte recebe, mas acessível para a compreensão da pessoa surda);
- incentivar cursos de Libras na educação interna em sua instituição;
- respeitar o uso da escrita da pessoa surda sinalizada, considerando as estruturas gramaticais diferenciadas da Libras.

É fundamental encorajar o senso de pertencimento da pessoa surda e ajudar a desconstruir estereótipos sobre a surdez, garantindo que sua identidade seja reconhecida e valorizada. Isso reflete uma inclusão real, onde as diferenças não são vistas como obstáculos, mas como forças que constroem soluções inovadoras.

A integração das identidades surdas com protagonismo e respeito é um pilar essencial para transformar a diversidade em uma riqueza coletiva, criando estratégias que respeitem a singularidade de cada indivíduo e impulsionem uma sociedade verdadeiramente inclusiva.

REFERÊNCIAS

MARQUES, Ana Tereza da Silva. Multiculturalismo e comunidade surda: o resgate das subjetividades como aceitação da diversidade. *In*: AMATO, Luciano (org.). **Diversidade e inclusão e suas dimensões**. São Paulo: Labrador, 2024. v. 2, cap. 33.

SKLIAR, Carlos Bernardo. Uma perspectiva sócio-histórica sobre a psicologia e a educação dos surdos. *In*: SKLIAR, Carlos Bernardo (org.). **Educação e exclusão**: abordagens sócio-antropológicas em Educação Especial. Porto Alegre: Mediação, 1997. p. 105-153.



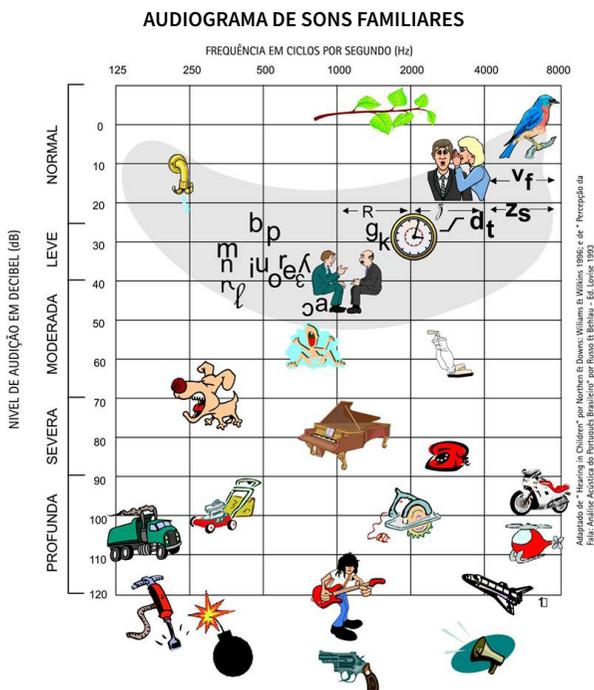
**O ATENDIMENTO
PSICOLÓGICO DE
PESSOAS SURDAS:
ASPECTOS CULTURAIS,
POLÍTICOS E
CIENTÍFICOS**

O ATENDIMENTO PSICOLÓGICO DE PESSOAS SURDAS: ASPECTOS CULTURAIS, POLÍTICOS E CIENTÍFICOS

COMPREENDENDO A SURDEZ ENQUANTO DIAGNÓSTICO

Níveis de perda auditiva

A surdez pode ser classificada em diferentes níveis, desde leve até profunda. É crucial entender como cada grau de perda auditiva impacta a vida da pessoa, contribuindo para a construção de estratégias de inclusão que garantam o exercício de direitos em todas as esferas da vida social, profissional, de saúde e educação.



- **NORMAL (0 A 25 dBNA)** — A audição normal permite que ouçamos todos os sons da fala. Ela permite a associação da fala, da audição, das relações entre os sons e das experiências vividas, tornando possível o desenvolvimento das habilidades auditivas e a aquisição da linguagem. Do canto dos pássaros ao ruído do vento — incluindo músicas.
- **LEVE (26 A 40 dBNA)** — Quando há perda auditiva leve, que ocorre entre 26 e 40 dB, a pessoa ouve os sons das vogais e muitas das consoantes como o f, s, p, t, k podem estar inaudíveis, assim como o tique-taque do relógio.
- **MODERADO E MODERADAMENTE SEVERO (41 A 70 dBNA)** — Já na perda auditiva moderada, quase nenhum som da fala pode ser percebido em nível de voz natural. Apenas sons fortes como choros de crianças e o de aspirador de pó funcionando são audíveis.
- **SEVERA (71 A 90 dBNA)** — Se acontecer a perda auditiva severa, nenhum som de fala é audível em nível de conversação natural. Poucos sons podem ser entendidos (como latidos de cachorro, sons graves de piano ou o toque do telefone em volume máximo).
- **PROFUNDA (> 91 dBNA)** — A perda auditiva profunda acontece acima de 90 dB e nenhum som é compreendido. Sons como o da serra elétrica, motocicletas e helicópteros podem ser captados. Habitualmente, essas pessoas são candidatas ao uso de [implante coclear](#).

MÉDIA TONAL	DENOMINAÇÃO	HABILIDADE PARA OUVIR A FALA
≤ 25 dBNA	Audição normal	Nenhuma dificuldade significativa
26 - 40 dBNA	Perda auditiva de grau leve	Dificuldade com fala fraca ou distante
41 - 55 dBNA	Perda auditiva de grau moderado	Dificuldade com fala em nível de conversação
56 - 70 dBNA	Perda auditiva de grau moderadamente severo	A fala deve ser forte; dificuldade para conversação em grupo
71 - 90 dBNA	Perda auditiva de grau severo	Dificuldade com fala intensa; entende somente fala gritada ou amplificada.
≥ 91 dB NA	Perda auditiva de grau profundo	Pode não entender nem a fala amplificada. Depende da leitura labial.

Quadro 3: Classificação do grau da perda auditiva de acordo com Lloyd e Kaplan (1978)

Referência: portalotorrinolaringologia.com.br/SURDEZ-graus.php

Impactos na vida da pessoa

A surdez, quando vista exclusivamente como um diagnóstico clínico, sem que se considerem a diversidade e as necessidades de cada pessoa, pode levar à exclusão social e à discriminação. Profissionais de Psicologia devem compreender como esses fatores afetam a autonomia e o desenvolvimento psicológico das pessoas surdas, reforçando a necessidade de suporte social que promova um ambiente acolhedor.

Entender a diferença entre diagnóstico e identidade social é fundamental para promover a inclusão e combater a discriminação. A presença de rede de apoio familiar, apoio social e a acessibilidade são essenciais para garantir que as pessoas surdas possam exercer sua autonomia, se desenvolver psicologicamente e se integrar plenamente na sociedade. Garantir um ambiente acolhedor e acessível não apenas respeita a os direitos da pessoa surda, mas também valoriza a riqueza cultural e linguística da comunidade surda.

Modelo social da deficiência

O modelo social da deficiência é uma abordagem que considera a deficiência não apenas como uma condição individual, mas como

uma construção social. Nesse modelo, a deficiência é vista como resultado das barreiras físicas, sociais e culturais que impedem a plena participação das pessoas com deficiência na sociedade.

Diferente do modelo médico, que foca nas limitações da pessoa e busca tratá-las, o modelo social enfatiza a necessidade de mudar o ambiente e as atitudes sociais. Ele defende que, ao remover as barreiras e promover a acessibilidade, todos podem participar plenamente da vida comunitária. Essa abordagem promove a inclusão e o respeito aos direitos das pessoas com deficiência, reconhecendo sua diversidade e valor.

Exemplos abaixo ilustram como a mudança de perspectiva pode transformar a forma como a sociedade lida com a deficiência, promovendo uma abordagem mais inclusiva e justa.

Acessibilidade física

- **Modelo social:** colocar sinal luminoso nos espaços, para substituir a campainha ou o alarme de incêndio.
- **Modelo médico:** focar exclusivamente na reabilitação da pessoa para que ela possa ouvir o sinal da campainha e alarme.

Comunicação

- **Modelo social:** disponibilização de intérpretes de Libras em eventos e materiais em formatos acessíveis (linguagem simples), para incluir pessoas surdas ou com deficiência visual.
- **Modelo médico:** abordagem centrada em tratamentos para “corrigir” a deficiência auditiva, sem considerar a adaptação do ambiente.

Emprego

- **Modelo social:** políticas de inclusão no local de trabalho, com adaptações razoáveis para que pessoas com deficiência possam desempenhar suas funções, como horários flexíveis ou ferramentas adaptadas.
- **Modelo médico:** enfatizar as limitações da pessoa e sugerir que ela busque treinamento para compensar suas deficiências, sem considerar a adequação do ambiente de trabalho.

Educação

- **Modelo social:** sistemas educacionais inclusivos que atendem às necessidades de todos os alunos, respeitando a deficiência como uma das características da pessoa, promovendo adaptações curriculares e apoio individualizado.
- **Modelo médico:** ênfase em tratamentos ou intervenções para “normalizar” o aluno com deficiência, sem modificar e adaptar a abordagem pedagógica.

Resumo da comparação

Área	Modelo Social	Modelo médico
Acessibilidade física	Instalar sinal luminoso para alarmes e campanhas, garantindo alerta visual.	Focar exclusivamente na reabilitação auditiva da pessoa, sem modificar o ambiente.
Comunicação	Disponibilizar intérpretes de Libras e materiais acessíveis para incluir pessoas surdas.	Abordagem centrada em tratamentos para “corrigir” a deficiência auditiva.
Emprego	Implementar políticas de inclusão e adaptações razoáveis para que a pessoa surda possa atuar plenamente no trabalho.	Enfatizar as limitações individuais e sugerir que a pessoa se “ajuste” ao ambiente sem mudanças estruturais
Educação	Desenvolver sistemas educacionais inclusivos, com adaptações curriculares e metodologias acessíveis.	Priorizar tratamentos para “normalizar” o aluno surdo, sem modificar práticas pedagógicas.

- **Modelo social:** foca na remoção de barreiras e na adaptação do ambiente para garantir a inclusão e a participação plena das pessoas com deficiência na sociedade.
- **Modelo médico:** centra-se nas limitações da pessoa e busca tratá-las ou “corrigi-las”, frequentemente desconsiderando as influências ambientais e sociais que impactam sua vida.

Diagnóstico vs. identidade na diversidade surda

Diagnóstico

O diagnóstico de surdez refere-se a uma condição médica que descreve a perda auditiva em diferentes níveis (leve, moderada, severa e profunda). Este é um aspecto técnico e acadêmico que busca entender a funcionalidade auditiva do indivíduo. No entanto, o diagnóstico por si só não abrange a totalidade da experiência vivida por pessoas surdas.

Identidade na diversidade surda

A identidade surda vai além do diagnóstico. Ela está enraizada em aspectos culturais, linguísticos e sociais. A comunidade surda é caracterizada por uma rica diversidade, que inclui:

- **Língua:** pessoas surdas que são oralizadas em português e/ou Libras (que é uma língua que carrega significados e expressões culturais).
- **Cultura:** a comunidade surda possui tradições, valores e forma de vida distintos.
- **Identidade:** ser surdo é muitas vezes visto como uma identidade cultural, em que a surdez é celebrada como uma parte integral do ser, em vez de uma deficiência a ser “corrigida”.

Essa diferenciação é crucial, pois as experiências e necessidades de uma pessoa surda não podem ser reduzidas apenas ao seu diagnóstico.

Impacto da falta de acessibilidade

A falta de acessibilidade em diversos ambientes (como escolas, locais de trabalho e serviços de saúde) reforça a exclusão social de pessoas surdas de várias maneiras:

- **Comunicação:** sem intérpretes de Libras ou materiais acessíveis, a comunicação torna-se um desafio. Isso pode levar ao isolamento e à dificuldade em participar ativamente da sociedade.
- **Educação:** a falta de recursos educacionais adaptados impede que estudantes surdos tenham acesso a uma educação de qualidade, limitando suas oportunidades de aprendizado e desenvolvimento.
- **Emprego:** no mercado de trabalho, a ausência de adaptações pode resultar em discriminação e exclusão, dificultando o acesso a oportunidades e o desenvolvimento de carreiras.
- **Saúde:** em contextos de saúde, a falta de comunicação acessível pode comprometer o atendimento, levando a diagnósticos errôneos e a uma compreensão inadequada das orientações médicas.

DIVERSIDADE SURDA

A comunidade surda é composta por diferentes subgrupos, em que cada pessoa possui características únicas. O reconhecimento da pluriversidade é fundamental para valorizar as individualidades, conhecimentos e culturas, garantindo que as estratégias de atendimento respeitem as particularidades de cada indivíduo.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS (LIBRAS)

Libras não é apenas um meio de comunicação, mas também um elemento central da cultura surda. O respeito por essa língua e sua utilização adequada são essenciais para garantir a acessibilidade e o pleno envolvimento das pessoas surdas nos atendimentos.

Sua valorização no atendimento psicológico é essencial para garantir a acessibilidade, fortalecer a sensação de pertencimento da pessoa surda e promover sua participação no processo terapêutico com maior autonomia.

IDENTIDADE E CULTURA SURDA

A identidade surda é frequentemente ligada à cultura e à língua. Reconhecer e valorizar essa identidade contribui para a promoção do empoderamento e da autoconfiança, essenciais para que as pessoas surdas tomem decisões de forma independente.

- Identidade surda: diz respeito às pessoas surdas que se inserem plenamente na comunidade surda e se reconhecem como a ela pertencentes. Usam apenas língua de sinais, português ou ambos; apresentam características culturais e forma de estar no mundo baseadas na visibilidade e em experiências não ouvintistas. Comumente defendem e militam pelo direito de vivenciar a cultura surda. Essas pessoas partilham sua concepção e suas experiências com outras pessoas surdas e participam de espaços de encontro entre pessoas surdas, como grupos e associações. Trata-se de um posicionamento político ante a surdez, muito além do encontro de pessoas com as mesmas características biológicas. Não há uma concepção inferiorizante de surdez ou de uma superioridade da perspectiva ouvinte, e sim a aceitação e valorização das diferenças e do que é pertinente à cultura surda.

- **Identidade híbrida:** comumente característica de pessoas com surdez adquirida que aprenderam inicialmente a estar e participar do meio e construir o pensamento como ouvintes, utilizando também uma língua oral para se comunicar (e que passaram a estar imersas no contexto da surdez, como pessoas surdas). Sendo anteriormente ouvintes, essas pessoas costumam depender concomitantemente da linguagem oral e da sinalizada. Reconhecem-se como surdos, convivem com as identidades surdas, participam das associações e comunidades surdas, demandam direitos atinentes aos surdos, como intérpretes, legenda etc. e utilizam recursos desenvolvidos para o contexto da surdez, como campanhas luminosas, telefones adaptados e outros.
- **Identidade de transição:** boa parte dos surdos, sendo oriundos de famílias ouvintes, passam por um processo de transição entre a tentativa de estar no mundo a partir da perspectiva ouvinte e de uma linguagem oral e visual, característica dos primeiros anos de sua vida, para um contato tardio com a comunidade surda, com a comunicação visual sinalizada e com a experiência visual de mundo.
- **Identidade flutuante:** característica de pessoas que não foram inseridas em alguma comunidade surda. Essas pessoas podem apresentar dificuldades de se reconhecerem/aceitarem como surdas e buscam sua referência na cultura ouvinte. Valorizam e seguem a representação ouvinte (por vezes, alguns consideram-se a superior à comunidade surda). Independentemente do nível de perda auditiva, tendem a usar aparelhos auriculares e se orgulham de se apropriar de algum elemento da cultura ouvinte (como a utilização da língua oral). Usualmente, rejeitam a cultura surda, não participam da comunidade surda nem das suas lutas, e não conhecem ou não recebem/utilizam tecnologias nem apoios direcionados a pessoas surdas, como intérprete de Língua de Sinais.

Podem vivenciar alguns conflitos emocionais, competir com ouvintes, ressentir-se com outros surdos, apresentar depressão e outros problemas.

- Identidade embaraçada: característica de pessoas que não têm referência nem na cultura surda, nem na ouvinte. Apresentam dificuldades de comunicação, sendo as expressões que usam, por vezes, incompreensíveis. Não sabem usar língua de sinais. Experimentam a vida, o comportamento e aprendizados determinados a partir da perspectiva ouvinte.

É evidente que a comunidade surda, assim como outras coletividades humanas, apresenta uma rica pluriversidade, o que demanda compreensão e respeito por essa pluralidade. Além de garantir o direito de cada indivíduo a assumir a identidade que preferir, é fundamental proporcionar a oportunidade de interação com as demais pessoas na sociedade, permitindo que adquiram conhecimentos e recursos que aprimorem sua vida e comunicação.

Referência

IFPB — INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA. Diferentes identidades entre os sujeitos surdos. **Fique por dentro**, João Pessoa, 26 set. 2019. Disponível em: <https://www.ifpb.edu.br/assuntos/fique-por-dentro/diferentes-identidades-entre-os-sujeitos-surdos>.

Acesso em: 10 abr. 2025.

ATENDIMENTO PSICOLÓGICO E A PESSOA SURDA

Acessibilidade e adaptabilidade

O atendimento deve ser acessível e adaptado às necessidades comunicacionais e identitárias das pessoas surdas, garantindo que

elas possam se expressar plenamente e participar ativamente do atendimento psicológico. Isso inclui a utilização de intérpretes de Libras (quando solicitado) e a criação de um ambiente que facilite a comunicação. A capacidade de modificar estratégias e abordagens é fundamental para garantir um atendimento humanizado.

A acessibilidade deve ser pensada como um direito inegociável, o que significa que profissionais de Psicologia precisam estar preparadas/os para adaptar suas estratégias e abordagens, utilizando metodologias que facilitem a interação sem reforçar barreiras comunicacionais e culturais.

Cuidado e reabilitação

É importante evitar uma abordagem centrada no modelo biomédico, que possa desconsiderar a individualidade. O foco deve estar na qualidade de vida e na funcionalidade, sem se reforçar a normatividade corporal ou considerar a surdez como algo “a ser superado”.

Psicoterapia adaptada

A psicoterapia pode ser moldada para atender às necessidades de diferentes identidades da comunidade surda. Um compromisso ético e qualificado é essencial para garantir um tratamento que respeite a singularidade de cada paciente.

Essa adaptação é um compromisso ético para que a Psicologia não reproduza exclusões e barreiras no cuidado à saúde mental das pessoas surdas, sem reforçar perspectivas ouvintistas ou estigmatizantes.

EMPODERAMENTO E SENSIBILIZAÇÃO

A promoção de sensibilização e conscientização entre profissionais de saúde, familiares e a própria pessoa surda é fundamental. Isso fortalece a autoconfiança e a independência, contribuindo para o desenvolvimento psicológico e o enfrentamento de preconceitos e estigmas.

POLÍTICAS DE INCLUSÃO E DIREITOS HUMANOS

O acompanhamento, estudo e respeito às leis e regulamentações que garantem direitos e igualdade para pessoas surdas e com deficiência é imprescindível. O mote da comunidade de pessoas com deficiência, “nada sobre nós sem nós”, reflete a importância da participação ativa dessas pessoas em decisões que as afetam.

SUORTE SOCIAL E BARREIRAS DE COMUNICAÇÃO

Um suporte social robusto, composto por amigas/os, familiares e profissionais, é essencial para a adaptação e vida cotidiana das pessoas surdas. Sobretudo nos casos de envelhecimento multi-determinado heterogêneo do tipo patológico, que envolve disfuncionalidade (como a surdez adquirida) ou descontinuidade no desenvolvimento, no caso da pessoa idosa surda. Além disso, é necessário estar atenta/o às barreiras vivenciadas e trabalhar para superá-las, garantindo que todos possam participar plenamente da sociedade.

CONCLUSÃO

Este **Guia** promove uma abordagem inclusiva e informada no atendimento às pessoas surdas, enfatizando a importância da acessibilidade, da adaptabilidade e do respeito à individualidade. O compromisso com as diferenças e com o empoderamento das pessoas surdas é fundamental para um atendimento psicológico de qualidade e respeitoso. Juntas/os, podemos contribuir para um ambiente mais inclusivo e equitativo para todas/os.



**APLICAÇÃO DA
CLASSIFICAÇÃO
INTERNACIONAL DE
FUNCIONALIDADE,
INCAPACIDADE E
SAÚDE (CIF) E DA
LEI BRASILEIRA DE
INCLUSÃO DA PESSOA
COM DEFICIÊNCIA (LBI)
NO ATENDIMENTO
PSICOLÓGICO À
PLURIVERSIDADE SURDA**

APLICAÇÃO DA CLASSIFICAÇÃO INTERNACIONAL DE FUNCIONALIDADE, INCAPACIDADE E SAÚDE (CIF) E DA LEI BRASILEIRA DE INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA (LBI) NO ATENDIMENTO PSICOLÓGICO À PLURIVERSIDADE

A atuação da/o psicóloga/o junto à comunidade surda exige um olhar ampliado e interseccional, considerando não apenas aspectos clínicos e subjetivos, mas também fatores sociais, culturais e ambientais que impactam o desenvolvimento e o bem-estar dessas pessoas. Para isso, instrumentos como a [Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde \(CIF\)](#) e a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI; Lei nº 13.146/2015) são fundamentais para uma abordagem humanizada e embasada em direitos.

O uso da CIF e da LBI no atendimento à pluriversidade surda permite que a/o profissional de Psicologia compreenda os desafios enfrentados por essa população de maneira ampla, considerando não apenas aspectos clínicos, mas também fatores sociais e ambientais. Mais do que um diagnóstico, é necessário garantir acessibilidade, inclusão e respeito à identidade surda, promovendo intervenções que fortaleçam o bem-estar e a cidadania dessas pessoas.

Cabe à Psicologia uma reflexão essencial: estamos trabalhando para adaptar a pessoa ao mundo ou para transformar o mundo para incluir todas as pessoas?

Este capítulo propõe um aprofundamento na aplicação desses referenciais por meio de exemplos práticos de atendimento psicológico à pluriversidade surda, destacando hipóteses diagnósticas, estratégias de resolução e encaminhamentos possíveis. Os casos apresentados a seguir são fictícios, com objetivo de discussão das questões apresentadas neste documento.

CASO FICTÍCIO 1: ADOLESCENTE SURDO E DIFICULDADES EMOCIONAIS NA ESCOLA

Hipótese

Lucas, 16 anos, estudante surdo usuário de Libras, demonstra dificuldades emocionais, baixa autoestima e recusa frequente em participar das atividades escolares. Seus professores relatam que ele evita interações com colegas e apresenta sinais de isolamento. A família, ouvinte, tem dificuldades de comunicação com ele.

Sugestão de resolução (utilizando a CIF):

A CIF permite avaliar as dificuldades de Lucas considerando múltiplas dimensões:

- **Funções e estruturas corporais:** deficiência sensorial (auditiva), que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. No atendimento realizado, não foram identificadas outras demandas relacionadas às funções ou estruturas corporais; no entanto, foram observados possíveis impactos emocionais decorrentes da barreira comunicacional.
- **Atividades e participação:** restrição na interação social escolar e familiar devido à comunicação em línguas diferentes (família utiliza português, e Lucas utiliza Libras),

bem como às identidades sociais diferentes (família ouvinte e pessoa surda).

- **Fatores ambientais:** escola sem intérprete de Libras, colegas sem conhecimento da língua e da identidade surda, família com pouca acessibilidade linguística.
- **Fatores pessoais:** adolescente em fase de construção identitária, com desafios próprios da adolescência somados à condição linguística.

Possíveis encaminhamentos

- Encaminhamento para escola, orientando necessidade de um intérprete de Libras, conforme a LBI, garantindo acessibilidade comunicacional.
- Atendimento psicológico especializado, com psicólogo fluente em Libras e/ou com apoio de intérprete (de acordo com a escolha do Lucas), para trabalhar autoestima e pertencimento.
- Orientação para a família sobre a importância do aprendizado de Libras, responsabilidade afetiva e comunicação.
- Mediação com a escola para fomentar um ambiente mais inclusivo.

Comentários e reflexão

O sofrimento de Lucas não decorre da deficiência auditiva em si (no sentido clínico), mas das barreiras impostas pelo ambiente. A exclusão social pode afetar profundamente a identidade surda e sua saúde mental.

Como profissionais de Psicologia, devemos nos perguntar: estamos enxergando o contexto ou apenas a manifestação do sofrimento?

mento? Estamos garantindo que a intervenção respeite a identidade linguística e cultural da pessoa surda?

CASO FICTÍCIO 2: TRABALHADORA SURDA ENFRENTA DISCRIMINAÇÃO NO AMBIENTE DE TRABALHO

Hipótese

Marcela, 30 anos, mulher surda, trabalha em uma empresa de tecnologia, onde é a única pessoa surda. Apesar de ser qualificada, sente-se isolada e já enfrentou situações de exclusão em reuniões, pois seus colegas não fazem questão de garantir acessibilidade na comunicação. Marcela relata sinais de ansiedade e estresse.

Sugestão de resolução (utilizando a CIF)

A CIF ajuda a estruturar a análise do caso:

- **Funções e estruturas corporais:** deficiência sensorial (auditiva), que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. No atendimento realizado, não foram identificadas outras demandas relacionadas às funções ou estruturas corporais.
- **Atividades e participação:** falta de acesso ao direito de acessibilidade limitam sua participação ativa nas reuniões e no ambiente de trabalho.
- **Fatores ambientais:** Falta de adaptação no local de trabalho (ausência de intérprete ou legendagem nas reuniões).
- **Fatores pessoais:** Sensação de não pertencimento e necessidade de inclusão efetiva.

Possíveis encaminhamentos

- Orientar solicitação de reunião com o setor de Recursos Humanos e/ou Jurídico da empresa para garantir a implementação da LBI, que prevê acessibilidade no ambiente de trabalho para pessoas com deficiência.
- Intervenção psicológica para trabalhar estratégias de enfrentamento e fortalecimento da identidade surda no ambiente corporativo.
- Aconselhar sensibilização da equipe para a inclusão da funcionária surda, incluindo ensino básico de Libras para os colegas e adaptação das reuniões.
- Se necessário, encaminhamento para um grupo de apoio de profissionais surdas/os para troca de experiências e fortalecimento.

Comentários e reflexão

O problema de Marcela não é sua surdez, mas a falta de acessibilidade e de um ambiente inclusivo. Muitas vezes, o sofrimento psíquico de pessoas surdas decorre da exclusão social e não de fatores internos.

Como profissionais de Psicologia, devemos questionar: estamos ajudando a pessoa ou estamos reforçando a adaptação ao sistema excludente? Como podemos transformar os espaços para que sejam, de fato, acessíveis?

CASO FICTÍCIO 3: PESSOA SURDA IDOSA E DIFICULDADES NO ACESSO À SAÚDE MENTAL

Hipótese

José, 68 anos, aposentado, é um idoso surdo que busca atendimento psicológico devido a sintomas depressivos. Ele relata sen-

tir-se invisível, pois sua família e as/os profissionais de saúde não conseguem se comunicar com ele adequadamente. Já passou por atendimentos médicos nos quais não teve intérprete e não pôde expressar suas demandas.

Sugestão de resolução (utilizando a CIF)

- **Funções e estruturas corporais:** pessoa idosa, deficiência sensorial (auditiva), que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. No atendimento realizado, não foram identificadas outras demandas relacionadas às funções ou estruturas corporais.
- **Atividades e participação:** barreiras comunicacionais restringem seu protagonismo acesso e à saúde e sua interação familiar.
- **Fatores ambientais:** falta de profissionais capacitados em Libras, ausência de intérpretes nos serviços públicos.
- **Fatores pessoais:** sofrimento psíquico decorrente da exclusão e do isolamento.

Possíveis encaminhamentos

- Atendimento psicológico em Libras ou com intérprete (de acordo com a escolha da pessoa).
- Encaminhamento para serviços de saúde acessíveis.
- Atuação junto à família para reforçar responsabilidade, a comunicação e o suporte emocional.
- Articulação com serviços públicos para garantir acessibilidade nos atendimentos de saúde.

Comentários e reflexão

O acesso à saúde é um direito fundamental. No entanto, a exclusão comunicacional pode ser uma barreira tão severa quanto qualquer limitação física.

Como profissionais de Psicologia, estamos atentas/os às desigualdades linguísticas nos serviços que oferecemos? Estamos promovendo acessibilidade em nossa prática profissional?

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, DF: Presidência da República, [2024]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 10 abr. 2025.

OMS — ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde.** Lisboa: OMS, 2004. Disponível em: <https://iparadigma.org.br/biblioteca/inclusao-economica-cif-classificacao-internacional-de-funcionalidade-incapacidade-e-saude/>. Acesso em: 10 abr. 2025.

OMS — ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Como usar a CIF:** um manual prático para o uso da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF). Genebra: OMS, 2013. Versão preliminar para discussão. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/cbcd/wp-content/uploads/2015/11/Manual-Pra%CC%81ti-co-da-CIF.pdf>. Acesso em: 10 abr. 2025.



**SAÚDE MENTAL
COM FOCO NA
PESSOA SURDA**

SAÚDE MENTAL COM FOCO NA PESSOA SURDA

O atendimento psicológico para pessoas surdas deve ser fundamentado em estratégias que considerem a acessibilidade que convém à pessoa destinatária do atendimento, respeitando a identidade cultural, a diversidade de identidades e linguística da comunidade surda.

A acessibilidade nos serviços de Psicologia para pessoas surdas é um direito humano fundamental, pois envolve o acesso à saúde mental e ao bem-estar, essenciais para a qualidade de vida.

Pensando nas várias identidades que contemplam a comunidade surda, a promoção dessa acessibilidade de forma personalizada contribui para a igualdade de oportunidades e para o respeito à identidade cultural da pessoa surda, garantindo um atendimento digno e sem discriminação.

A oferta de serviços psicológicos para pessoas surdas deve ser conduzida com respeito, acolhimento e acesso adequado à comunicação, respeitando suas especificidades culturais e linguísticas.

A formação contínua e a prática ética são fundamentais para garantir um atendimento de qualidade e humano.

Acessibilidade é Direito Humano. Inegociável.

POSSÍVEIS ESTRATÉGIAS

- **Profissional de Psicologia bilíngue em Libras:** psicólogas/os devem se capacitar para compreender a cultura surda, a língua de sinais e as particularidades do atendimento dessa comunidade.

- **Uso de intérpretes de língua de sinais:** caso a pessoa surda solicite a/o intérprete, deve-se garantir que a comunicação durante as sessões seja precisa e eficiente, permitindo que a pessoa surda se expresse livremente. Recomendamos que a/o intérprete assine um termo de responsabilidade pelo sigilo dos atendimentos psicológicos.
- **Psicoterapia visual:** utilizar (de forma científica, ética e qualificada) recursos visuais, como quadros, vídeos ou imagens, para facilitar a compreensão e expressão emocional.
- **Ambiente acessível:** garantir que o espaço físico da clínica seja adaptado, com boa iluminação e sem obstáculos à comunicação.

É essencial **evitar as seguintes práticas** ao realizar psicoterapia para pessoas surdas:

- **Generalizações e estereótipos:** não presumir que todas as pessoas surdas têm as mesmas experiências e necessidades. A comunidade surda é diversa.
- **Imposição de normas auditivas:** não exigir que a pessoa surda utilize leitura labial ou discurso oral se sua comunicação principal for em Libras.
- **Falta de formação e sensibilização cultural:** profissionais devem buscar capacitação sobre a cultura surda e suas práticas de comunicação.
- **Uso inadequado de intérpretes:** evitar dependência excessiva sem garantir que a/o intérprete seja qualificado para atuar em contextos relacionados ao atendimento psicológico.
- **Falta de acessibilidade física e comunicacional:** o espaço terapêutico deve ser adequado, com boa iluminação e visibilidade para a comunicação.

- **Desconsideração das emoções, invalidar pensamentos e vivência surda:** muitas pessoas surdas enfrentam desafios como barreiras no mercado de trabalho e discriminação.
- **Quebra de confidencialidade e ética profissional:** o sigilo deve ser garantido com o mesmo rigor, principalmente quando há intérprete de Libras presente na sessão, sendo recomendável a assinatura de um termo de confidencialidade por todas as partes envolvidas.

CANAIS PARA DENÚNCIA DE VIOLAÇÕES DE DIREITOS HUMANOS

- **Conselho Regional de Psicologia (CRP)**

Os Conselhos Regionais de Psicologia recebem denúncias contra profissionais que violam o Código de Ética.

O CRP de cada regional pode ser contatado pelo *site* oficial.

Exemplo: CRP SP → www.crsp.org.br

- **Conselho Federal de Psicologia (CFP)**
- **Disque 100** — Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos
- **Canal do Governo Federal** para denúncias de violações contra grupos vulnerabilizados, incluindo pessoas com deficiência.

Atendimento gratuito e anônimo, 24h por dia.

- **Ministério Público (MP)**

Pode ser acionado em casos de discriminação e violações de direitos.

Procurar a Promotoria de Direitos Humanos do Ministério Público do seu estado.

Site nacional: www.cnmp.mp.br

- **Defensoria Pública**

Oferece assistência jurídica gratuita para vítimas de violações de Direitos Humanos.

Cada estado tem sua Defensoria Pública, que pode ser contatada presencialmente ou pelo *site*.

Exemplo: Defensoria Pública de SP → www.defensoria.sp.def.br

- **Ouvidorias de Direitos Humanos municipais e estaduais**

Muitos estados e municípios possuem suas próprias ouvidorias e secretarias especializadas em inclusão e acessibilidade.

- **Comissões e conselhos municipais de pessoas com deficiência**

Exemplo: Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (Conade) → www.gov.br/mdh

- **Delegacias especializadas**

Alguns estados possuem delegacias especializadas em crimes contra Direitos Humanos e discriminação.

Caso não haja uma delegacia especializada, pode-se registrar boletim de ocorrência em uma delegacia comum.



VOCABULÁRIO DE CONCEITOS FUNDAMENTAIS

VOCABULÁRIO DE CONCEITOS FUNDAMENTAIS

Acessibilidade e inclusão no atendimento

O atendimento psicológico deve respeitar as necessidades individuais de cada pessoa surda.

A psicóloga deve adaptar seu trabalho para tornar o serviço acessível e justo.

Comunidade surda

Grupo que compartilha vivências e se comunica por meio de formas visuais ou linguísticas como Libras (adicionalmente, português).

Exemplo: surdas/os e ouvintes, como familiares e intérpretes, unidos por suas experiências comuns.

Diretrizes fundamentais

- **Autonomia:** valorizar a independência das pessoas surdas.
- **Diversidade:** respeitar as diferenças culturais e linguísticas.
- **Barreiras:** reconhecer e reduzir obstáculos enfrentados pela comunidade surda.
- **Capacitação:** continuamente buscar melhorias na comunicação.

Discriminação

Psicólogos/os não podem praticar atos de exclusão ou discriminação com base na deficiência auditiva.

Exemplo: negar o uso de intérprete solicitado pela pessoa surda pode ser considerado discriminação.

Pessoa surda

Pessoa que se identifica com a comunidade surda e pode usar Libras, língua portuguesa ou outros meios de comunicação.

Exemplo: Joana é surda, mas comunica-se, usando Libras e falando português com seus familiares. Ela faz parte da comunidade surda.

Pluriversidade surda

A diversidade de identidades e culturas dentro da comunidade surda.

Exemplo: grupos compostos por surdas/os oralizadas/os e surdas/os bilíngues.

Tipos de acessibilidade

1. Comunicacional e linguística

- Primordialmente, questionar a pessoa surda sobre a acessibilidade que melhor lhe convém;
- usar Libras ou ter o apoio de intérpretes;
- incluir legendas e recursos visuais.

Exemplo: durante uma consulta on-line, a/o psicóloga/o deve utilizar recursos tecnológicos acessíveis, como suporte para tradução automática para Libras ou recursos de legenda de boa qualidade.

2. Tecnológica

- Usar ferramentas de acessibilidade, como sistemas de legendagem em tempo real.

Exemplo: o uso de software que exibe legendas em tempo real pode ajudar no entendimento da consulta, garantindo que a pessoa surda acompanhe a interação de forma acessível.

3. Física e ambiental

- Espaço acessível com sinalização visual e tátil (surdo-cegueira).

Exemplo: móveis ajustáveis para cadeirantes e piso tátil são boas práticas.

4. Atitudinal

- Postura inclusiva e respeito à equidade no atendimento.

Exemplo: uma/um psicóloga/o deve valorizar a experiência única da pessoa surda sem preconceitos e sem invalidar a experiência alheia.



www.crpssp.org



Conselho Regional de Psicologia 6ª Região
Rua Teodoro Sampaio 417, Pinheiros, São Paulo/SP, CEP: 05405-000